

# IMPUGNAÇÃO

A

Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras – PR  
Ilmo. Sr. Pregoeiro do Pregão Eletrônico nº 13/2026 – SRP  
Processo Licitatório nº 31/2026

**Impugnante:** 43.378.233 ROBERTO CARLOS ROSA DE JESUS  
**CNPJ:** 43.378.233/0001-35

## 1. Da identificação do certame

A presente impugnação refere-se ao Pregão Eletrônico nº 13/2026 – SRP, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para executar, sob demanda, serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split, higienização completa e recarga de fluido refrigerante, incluindo mão de obra, materiais e insumos necessários, nas unidades do Município de São José das Palmeiras – PR.

O edital fixa a sessão pública para o dia 19/05/2026 e admite a apresentação de impugnação até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para o recebimento das propostas.

## 2. Da cláusula impugnada

O edital exige, como qualificação técnica, a apresentação de Certidão de Registro e Regularidade da pessoa jurídica junto ao CREA, bem como a comprovação de que a empresa possui, em seu quadro ou disponibilizará para a execução contratual, Responsável Técnico habilitado e registrado no CREA.

No mesmo sentido, o Termo de Referência repete a exigência de responsável técnico com registro ativo no CREA e apto a acompanhar a execução dos serviços e emitir ART quando exigível.

Todavia, o próprio Anexo I do edital prevê, nas condições gerais dos serviços, que a contratada deverá manter responsável técnico habilitado e registrado no **conselho profissional competente**, apresentando ART, RRT ou TRT quando exigido pela legislação, pela natureza do serviço ou pela fiscalização.

## 3. Da inadequação da restrição ao CREA

O objeto licitado abrange serviços de instalação de aparelhos tipo split, higienização completa e recarga de fluido refrigerante, atividades ligadas à área de refrigeração e climatização.

*Roberto*

*22*

*J*

Essas atividades não são privativas, de forma absoluta, de profissionais vinculados ao CREA, pois podem ser executadas por Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado regularmente registrado no CFT, dentro das atribuições de sua formação técnica e de seu respectivo conselho profissional.

Ao exigir exclusivamente profissional vinculado ao CREA, o edital restringe indevidamente a competitividade, afastando empresas que dispõem de responsável técnico habilitado perante o CFT, embora apto a responder tecnicamente por serviços de refrigeração e climatização compatíveis com o objeto licitado.

A própria redação do Anexo I demonstra que a solução tecnicamente adequada é admitir o registro no conselho profissional competente, e não impor, sem justificativa técnica específica, apenas o CREA.

#### **4. Da violação aos princípios licitatórios**

A Lei nº 14.133/2021, adotada pelo edital como fundamento legal do certame, impõe observância aos princípios da isonomia, da competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa.

Quando a Administração formula exigência de habilitação técnica mais restritiva do que o necessário para a adequada execução do objeto, cria barreira indevida à participação de potenciais interessados e reduz a competitividade do certame.

No presente caso, a limitação ao CREA deixa de contemplar profissionais técnicos legalmente habilitados e registrados no CFT, mesmo em contratação voltada a serviços típicos de refrigeração e ar-condicionado.

Assim, a exigência, como redigida, afronta a ampla competitividade e deve ser ajustada para admitir também o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado registrado no CFT, com emissão do respectivo TRT quando cabível.

#### **5. Do pedido de retificação**

Diante do exposto, requer-se o recebimento e o provimento da presente impugnação para que seja retificado o edital, especialmente os itens 14.27.2, 14.27.3, item 5.1 do Termo de Referência, item 8.2.1 do Termo de Referência e demais trechos correlatos, a fim de substituir a exigência exclusiva de registro no CREA por redação que admita o registro no conselho profissional competente, inclusive o CFT, conforme a habilitação legal do profissional responsável.

Requer-se, de forma expressa, que passe a constar previsão de aceitação de **Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado registrado no CFT**, bem como da regularidade da pessoa jurídica e do

Roberto

22

B

responsável técnico perante o sistema profissional competente, com apresentação de ART ou TRT, conforme a natureza do serviço e a legislação aplicável.

Sugere-se, por exemplo, redação nos seguintes termos:

“Certidão de registro e regularidade da pessoa jurídica perante o conselho profissional competente, inclusive CREA ou CFT, conforme a habilitação legal aplicável ao responsável técnico.”

“Comprovação de que a empresa possui em seu quadro, ou de que disponibilizará para a execução contratual, profissional legalmente habilitado como responsável técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, inclusive CREA ou CFT, apto a responder tecnicamente pelos serviços de instalação, higienização e manutenção em sistemas de ar-condicionado e refrigeração.”

## 6. Dos requerimentos finais

Diante de todo o exposto, requer:

- O conhecimento da presente impugnação, por ser tempestiva e pertinente ao instrumento convocatório.
- O seu integral provimento, para inclusão expressa da possibilidade de indicação de **Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado registrado no CFT** como responsável técnico apto ao atendimento do objeto licitado.
- A retificação das cláusulas do edital e do Termo de Referência que hoje restringem a habilitação ao CREA.
- A republicação do instrumento convocatório com a reabertura dos prazos, caso a Administração entenda que a alteração impacta a formulação das propostas, na forma prevista no próprio edital.

Nestes termos,

Pede deferimento.

São José das Palmeiras/PR, 11 de maio de 2026.

  
43.378.233 ROBERTO CARLOS ROSA DE JESUS  
CNPJ: 43.378.233/0001-35





ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

## DESPACHO / SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO

**Processo Licitatório nº 31/2026**

**Pregão Eletrônico nº 13/2026 – Sistema de Registro de Preços**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para executar, sob demanda, serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split, higienização completa e recarga de fluido refrigerante, incluindo mão de obra, materiais e insumos necessários, nas unidades do Município de São José das Palmeiras – PR.

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Encaminho, para conhecimento e manifestação, a impugnação apresentada no Pregão Eletrônico nº 13/2026 – SRP, referente à exigência de registro junto ao CREA, na qual o impugnante requer a possibilidade de aceitação de profissional/empresa vinculada ao CFT, conforme a natureza do objeto.

Solicito manifestação quanto à manutenção ou eventual retificação das exigências do edital e do Termo de Referência.

São José das Palmeiras/PR, 12 de maio de 2026.

Wesley Claudino Da Silva  
Pregoeiro



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

**GABINETE DO PREFEITO**  
**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

**Processo Licitatório nº 31/2026**

**Pregão Eletrônico nº 13/2026 – Sistema de Registro de Preços**

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para executar, sob demanda, serviços de instalação de aparelhos de ar-condicionado tipo split, higienização completa e recarga de fluido refrigerante, incluindo mão de obra, materiais e insumos necessários, nas unidades do Município de São José das Palmeiras – PR.

**Assunto:** Resposta à solicitação do Pregoeiro quanto à impugnação apresentada em face das exigências de qualificação técnica relativas ao registro no CREA.

Vistos.

Trata-se de impugnação apresentada por **ROBERTO CARLOS ROSA DE JESUS**, inscrito no CNPJ nº **43.378.233/0001-35**, em face do Edital do Pregão Eletrônico nº 13/2026 – SRP.

O impugnante questiona a exigência de registro exclusivamente junto ao CREA, alegando que, pela natureza dos serviços licitados, também deve ser admitido o registro perante o conselho profissional competente, inclusive perante o Sistema CFT/CRT, quando o responsável técnico possuir habilitação compatível com o objeto.

A impugnação deve ser conhecida, por ser tempestiva e pertinente ao instrumento convocatório, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao mérito, verifica-se que o objeto da licitação envolve serviços de instalação, higienização, manutenção e recarga de fluido refrigerante em aparelhos de ar-condicionado tipo split, atividades relacionadas à área de refrigeração, climatização e ar-condicionado.

A Lei nº 14.133/2021 permite que a Administração exija comprovação de qualificação técnica, inclusive registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando necessário à execução do objeto, conforme art. 67. Todavia, essa exigência deve guardar relação direta com o serviço contratado e observar os princípios da legalidade, isonomia, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade.

No caso, a exigência limitada apenas ao CREA pode restringir a participação de empresas que possuam profissional técnico regularmente habilitado perante o Sistema CFT/CRT, desde que esse profissional tenha atribuição legal compatível com os serviços licitados.



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

A Resolução CFT nº 123/2020 prevê atribuições ao Técnico Industrial em Refrigeração e Climatização e ao Técnico Industrial em Refrigeração e Ar Condicionado, incluindo atividades de instalação, manutenção, execução técnica e responsabilidade técnica, mediante emissão do respectivo TRT.

Dessa forma, entende-se adequado ajustar o Edital, o Termo de Referência e os demais anexos, substituindo a exigência exclusiva de registro no CREA por redação que admita o registro perante o conselho profissional competente, como CREA ou CFT/CRT, conforme a formação e a atribuição legal do responsável técnico indicado.

Essa alteração não afasta a necessidade de comprovação da qualificação técnica da empresa, nem reduz a segurança da contratação. A Administração continuará exigindo que a licitante comprove possuir responsável técnico legalmente habilitado, regularmente registrado no conselho competente, bem como apresente o documento de responsabilidade técnica cabível, como ART ou TRT.

Diante do exposto, **DECIDO**:

- a) **CONHECER** da impugnação apresentada, por ser tempestiva e pertinente ao instrumento convocatório;
- b) **DAR PROVIMENTO** à impugnação, para determinar a retificação do Edital, do Termo de Referência e dos demais anexos, nos pontos em que houver exigência restrita de registro junto ao CREA;
- c) Determinar que as cláusulas de qualificação técnica passem a prever a aceitação de registro e regularidade perante o conselho profissional competente, admitindo-se, conforme o caso, CREA ou CFT/CRT, desde que o profissional indicado possua habilitação legal compatível com o objeto licitado;
- d) Determinar que, quando exigível pela legislação aplicável e pela natureza dos serviços, a contratada apresente o respectivo documento de responsabilidade técnica, tais como ART ou TRT, conforme o conselho profissional competente;
- e) Determinar ao Pregoeiro e à Equipe de Apoio que providenciem a retificação do instrumento convocatório, com a respectiva divulgação nos meios oficiais, observando-se o art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021 quanto à necessidade de republicação e reabertura dos prazos, caso a alteração interfira na formulação das propostas ou na participação dos interessados.



ESTADO DO PARANÁ  
**MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**  
CNPJ: 77.819.605/0001-33

Encaminhe-se ao Pregoeiro para ciência, adoção das providências cabíveis, juntada aos autos e divulgação da resposta à impugnação no sítio eletrônico oficial, nos termos do art. 164, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

São José das Palmeiras/PR, 15 de maio de 2026.

**FRANCO MARIA ALVES CABRAL**

Prefeito Municipal de São José das Palmeiras – PR